

Vulnerabilidade e divisão dos credores são trunfos do Brasil

por Fernando Dantas
de Nova York

As melhores chances do governo Collor de obter ganhos na renegociação da dívida externa estão na exploração da rachadura surgida recentemente no bloco dos credores, entre governos e instituições multilaterais, de um lado, e bancos privados, do outro, e na forte "exposure" do Citibank aos débitos brasileiros, de cerca de US\$ 3,5 bilhões. Isso torna o principal credor do Brasil particularmente vulnerável ao possível prolongamento da suspensão dos pagamentos de juros da dívida externa privada brasileira de médio e longo prazos.

A análise é da professora Karin Lissakers, especialista em bancos e finanças internacionais da Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia, mas reflete com precisão o clima de nervosismo da comunidade financeira americana em relação ao encaminhamento da questão da dívida pelo governo Collor.

Ex-vice-diretora de planejamento de políticas do Departamento de Estado Americano durante a administração Carter, e interlocutora das autoridades econômicas americanas e dos bancos privados, Lissakers confirma que "existe uma preocupação na comunidade bancária americana de que Collor será extremamente duro nas negociações". Mas ela acha também que não se deve subestimar o poder dos bancos privados, já que desde o início da crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, em 1982, as instituições vêm progressivamente transferindo seus riscos para os governos e organismos multilaterais, o que está na raiz da rachadura entre esses dois setores do bloco dos credores. Em 1989, diz a professora, os bancos dos países credores reemprestaram aos países endividados do Terceiro Mundo apenas 8% daquilo que receberam dessas mesmas nações, no mesmo ano, como juros. Já os governos dos países credores e as instituições multilaterais emprestaram a esses mesmos países 85% do que deles receberam como serviço de suas dívidas.

Para Lissakers, foi a percepção dessa tendência, ao longo dos últimos anos, por parte dos governos dos países credores, e mais especificamente dos Estados Unidos, que levou ao lançamento, em 1989, do Plano Brady para a dívida exter-

na do Terceiro Mundo, que pela primeira vez incorporou a ideia de se institucionalizar a redução do serviço e principal dos débitos.

"Inicialmente, Bush tinha a intenção de tomar uma posição no sentido de tornar os bancos inteiramente responsáveis pelos seus problemas com a dívida, com a retirada de cena do governo americano", diz Lissakers. Para ela, era essa a intenção de David Mulford, subsecretário do Tesouro americano para assuntos internacionais e principal arquiteto do Plano Brady. O Federal Reserve, no entanto, não endossou aquela postura, e Mulford teve que adicionar alguns atrativos para tornar o plano mais palatável aos bancos privados, como as garantias que os governos dos países credores deram aos novos títulos criados pelo México, com descontos no principal os juros da dívida, no primeiro caso concreto de aplicação do plano, Lissakers acha que o insucesso de Mulford em devolver aos bancos a responsabilidade total por suas "exposures" à dívida do Terceiro Mundo voltou a reforçar a posição das instituições credoras privadas, que, na sua opinião, "ditaram as condições do acordo com o México". Para ela, o resultado final foi "claramente inadequado" às necessidades daquele país.

Assim, teve continuidade a tendência do gradual desengajamento dos bancos privados da dívida externa do Terceiro Mundo, inclusive através dos processos de conversão. Outro dado citado por Lissakers é a redução, de janeiro de 1988 a setembro de 1989, de 30% na "exposure" dos bancos americanos à dívida do Terceiro Mundo, com uma queda de US\$ 80 bilhões para US\$ 54 bilhões.

Apesar disso, ela crê na possibilidade de ganhos do novo governo brasileiro. Como exemplo concreto da divisão no interior do bloco dos credores, que pode ser explorada pelo Brasil, ela cita a recente decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de não fechar a porta a empréstimos a países que estiverem com atrasos no pagamento do serviço de suas dívidas com os bancos privados. Essa postura, obviamente, enfraquece a posição dos bancos. No caso específico do Brasil, Lissakers acha que os bancos vão lutar por algum tipo de pagamento simbólico, e conclui dizendo que "resta ver quanto forte Collor será".